



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
AVENIDAS NOVAS

## ATA EM MINUTA

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS REALIZADA A 03 DE MAIO DE 2022

----- Aos três dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, no Centro Sócio Cultural dos Serviços Sociais da Administração Pública, sito na Avenida Visconde de Valmor, nº 76A, em Lisboa, reuniu a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- Verificação de presenças e quórum; -----

- ORDEM DO DIA: -----

1. Apreciação, Debate e Deliberação do Voto de Condenação, da Iniciativa Liberal, intitulado "Invasão da Ucrânia"; -----
2. Apreciação, Debate e Deliberação da Moção, da Iniciativa Liberal, sobre a Transparência; -----
3. Apreciação, Debate e Deliberação da Recomendação, do PS, intitulada "Taxas aplicadas aos comerciantes com lojas no mercado"; -----
4. Apreciação, Debate e Deliberação da Recomendação, do PS, intitulada "A segurança nas Avenidas Novas"; -----
5. Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Voto de Pesar, do PS, intitulado "pelas vítimas da intervenção militar da Federação Russa na República da Ucrânia"; -----
6. Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Voto de Saudação pelo ato eleitoral de 30 de janeiro, do PS, intitulado "Eleições para a Assembleia da República"; -----
7. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Moção, da CDU, intitulado "Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra"; -----
8. Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Voto de Condenação, do CHEGA, intitulado "Invasão da Ucrânia pela Rússia"; -----
9. Apreciação, Debate e Deliberação da Proposta do CHEGA intitulada "Comemorar o dia da Fundação Calouste Gulbenkian"; -----
10. Apreciação, Debate e Deliberação da Proposta do CHEGA intitulada "Eliminar a prostituição no Bairro do Alto do Parque"; -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
AVENIDAS NOVAS

11. Apreciação, Debate e Deliberação da Proposta do CHEGA intitulada “Pela não instalação de uma residência para estudantes nas ex instalações do edifício do Ministério da Educação da Av. 5 de Outubro”. -----

-----  
Iniciados os trabalhos, foi efetuada a verificação da presença dos membros da Assembleia de Freguesia de acordo com a lista de presenças, bem como dos membros do Executivo da Junta. -----

O Vogal do Executivo, Gonçalo Maria Vassalo Moita não esteve presente, o que foi justificado. -----

O eleito Américo Manuel de Brito Vitorino, membro indicado pelo PPD/PSD, entregou a justificação de ausência dos trabalhos desta Assembleia desde 02 de maio de 2022 até 12 de maio de 2022, tendo sido convocado o elemento seguinte na lista, a saber Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes. -----

O eleito Ricardo Teles Viegas Froes Spalk, membro indicado pelo CDS-PP, apresentou o seu pedido de substituição, tendo sido substituído pelo Luís António dos Santos Duarte. -----

A eleita independente indicada pelo PS na Coligação “Mais Lisboa”, Floresbela Mendes Pinto, apresentou o seu pedido de substituição, tendo sido efetuada a convocação do membro seguinte da Coligação, o cidadão Luís Miguel de Oliveira Fontes, que entregou a justificação da sua falta e pediu substituição. -----

O cidadão Nuno Manuel Mendes da Cruz David, membro independente indicado pelo PS na Coligação “Mais Lisboa”, apresentou a sua renúncia ao mandato autárquico. -----

Foi convocada a cidadã seguinte na referida lista, a saber, Dora Helena de Albuquerque Lampreia, que justificou a sua ausência e solicitou substituição. -----

Foi convocado o cidadão seguinte na referida lista, a saber André Oliveira Carrilho, que tomou posse. --

Confirmada a existência de quórum, deu-se início à sessão, procedendo-se ao início do Período da Ordem do Dia. -----

Para discussão de cada ponto, o Presidente da Mesa deu 4 (quatro) minutos ao proponente para apresentar o ponto, 3 (três) minutos para cada força política intervir e mais 3 (três) para fechar o debate, ao respetivo proponente. -----

**Entrou-se no primeiro ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação do Voto de Condenação, da Iniciativa Liberal, intitulado “Invasão da Ucrânia”. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
AVENIDAS NOVAS

Foi proposto pelo PPD/PSD uma aglutinação das propostas dos pontos 1, 5 e 8, tendo o CHEGA sugerido que estivessem explícitos os respetivos partidos. -----

O PS e a Iniciativa Liberal propõem a apresentação e votação em separado. -----

----- Submetido a votação, o Voto de Condenação foi aprovado por maioria com 18 votos a favor do PPD/PSD (5), do PS (5), do CDS-PP (4), da Iniciativa Liberal (2), do BE (1) e do CHEGA (1) e voto contra do PCP (1) com declaração de voto. -----

**Entrou-se no segundo ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação da Moção, da Iniciativa Liberal, sobre a Transparência. -----

----- Submetida a votação e com correção no ponto 1 (onde se lê “*Entrega na Assembleia de Junta*” deverá ler-se “*Entrega na Assembleia de Freguesia*”), a Moção foi aprovada por maioria com 10 votos a favor do PS (5), da Iniciativa Liberal (2), do BE (1), do PCP (1) e do CHEGA (1), e votos contra do PPD/PSD (5) e do CDS-PP (4) com declaração de voto escrita de ambos os partidos. -----

**Entrou-se no terceiro ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação da Recomendação, do PS, intitulada “Taxas aplicadas aos comerciantes com lojas no mercado”. -----

O eleito do BE, William Ricardo Teixeira Naval, abandonou os trabalhos desta Assembleia pelas 21h00.-

----- Submetida a votação, a Recomendação foi rejeitada por maioria com 9 votos contra do PPD/PSD (5) com declaração de voto escrita e do CDS-PP (4), com 8 votos a favor do PS (5), da Iniciativa Liberal (2) e do CHEGA (1), e abstenção do PCP (1). -----

**Entrou-se no quarto ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação da Recomendação, do PS, intitulada “A segurança nas Avenidas Novas”. -----

----- Submetida a votação, a Recomendação foi rejeitada por maioria com 9 votos contra do PPD/PSD (5) e do CDS-PP (4) com declaração de voto escrita de ambos os partidos, com 8 votos a favor do PS (5), da Iniciativa Liberal (2) e do CHEGA (1), e abstenção do PCP (1) com declaração de voto oral. -----

**Entrou-se no quinto ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Voto de Pesar, do PS, intitulado “pelas vítimas da intervenção militar da Federação Russa na República da Ucrânia”. -----

----- Submetido a votação e com correção no 3.º parágrafo (onde se lê “*instando-se a Federação Russa*” deverá ler-se “*instando-se o governo da Federação Russa*”, o Voto de Pesar foi aprovado por maioria



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
AVENIDAS NOVAS

com 17 votos a favor do PPD/PSD (5), do PS (5), do CDS-PP (4), da Iniciativa Liberal (2) e do CHEGA (1), e abstenção do PCP (1). -----

**Entrou-se no sexto ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Voto de Saudação pelo ato eleitoral de 30 de janeiro, do PS, intitulado "Eleições para a Assembleia da República". -----

----- Submetido a votação, o Voto de Saudação foi rejeitado com 6 votos contra do PPD/PSD (5) e do CHEGA (1), 7 abstenções do CDS-PP (4), da Iniciativa Liberal (2) e do PCP (1), e 5 votos a favor do PS (5). -----

**Entrou-se no sétimo ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Moção, da CDU, intitulado "Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra". -----

----- Submetido a votação, a Moção foi rejeitada por maioria com 17 votos contra do PPD/PSD (5), do PS (5), do CDS-PP (4), da Iniciativa Liberal (2) e do CHEGA (1), e voto a favor do PCP (1). -----

Na sequência desta deliberação, o Presidente da Mesa propôs 1 minuto de silêncio pelas vítimas da Ucrânia. -----

**Entrou-se no oitavo ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Voto de Condenação, do CHEGA, intitulado "Invasão da Ucrânia pela Rússia". -----

----- Submetido a votação e com correção do último parágrafo (onde se lê "*vem o eleito do Partido CHEGA das Avenidas Novas*" deverá ler-se "*vem o eleito do Partido CHEGA da Freguesia de Avenidas Novas*", o Voto de Condenação foi aprovado por maioria com 17 votos a favor do PPD/PSD (5), do PS (5), do CDS-PP (4), da Iniciativa Liberal (2) e do CHEGA (1), e voto contra do PCP (1) com declaração de voto.-

**Entrou-se no nono ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação da Proposta do CHEGA intitulada "Comemorar o dia da Fundação Calouste Gulbenkian". -----

----- Submetido a votação, e com as alterações propostas pelo PS (onde se lê "*eventos culturais abertos a todos os moradores da Freguesia das Avenidas Novas*" deve ler-se "*eventos culturais abertos a todos os cidadãos*") e pelo PSD (onde se lê "*Instar o executivo da Junta de freguesia*" deve ler-se "*Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia*" e onde se lê "*Proposta Comemorar o Dia da Fundação Calouste Gulbenkian*" deve ler-se "*Recomendação Comemorar o Dia da Fundação Calouste Gulbenkian*"), a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
AVENIDAS NOVAS

Recomendação foi aprovada por maioria com 12 votos a favor do PS (5), do CDS (4), da Iniciativa Liberal (2) e do CHEGA (1), e 6 abstenções do PPD/PSD (5) e do PCP (1). -----

**Entrou-se no décimo ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação da Proposta do CHEGA intitulada "Eliminar a prostituição no Bairro do Alto do Parque". -----

---- Submetido a votação, a Proposta foi rejeitada por maioria com 15 votos contra do PPD/PSD (5), do PS (5), do CDS-PP (4), e do PCP (1), e 3 votos a favor da Iniciativa Liberal (2) com declaração de voto e do CHEGA (1). -----

**Entrou-se no décimo primeiro ponto.** -----

Apreciação, Debate e Deliberação da Proposta do CHEGA intitulada "Pela não instalação de uma residência para estudantes nas ex instalações do edifício do Ministério da Educação da Av. 5 de Outubro". -----

---- Submetido a votação, a Proposta foi rejeitada por maioria com 17 votos contra do PPD/PSD (5), do PS (5), do CDS-PP (4), da Iniciativa Liberal (2) e do PCP (1), e 1 voto a favor do CHEGA (1). -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a reunião pelas 23h35, tendo sido lavrada a presente ata em minuta, que depois de submetida a votação e aprovada por unanimidade, vai ser assinada pelo Presidente José Filipe da Costa Toga Machado Soares e pelos Secretários Abel Manuel Eusébio Simões e Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha. -----

Presidente: \_\_\_\_\_

1º Secretário: \_\_\_\_\_

2º Secretário: \_\_\_\_\_

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Sobre a moção apresentada pela Iniciativa Liberal

#### “Moção da transparência”

O PPD/PSD defende que se deve colocar à disposição dos cidadãos toda a informação no âmbito da gestão pública por forma a informar e a garantir o máximo de transparência na relação para com os seus concidadãos.

Quando o PPD/PSD defende os princípios da transparência não o faz com a soberba - que alguns parecem ter - de achar que só alguns são sérios e todos os demais não o são. O PPD/PSD acredita, por princípio, na boa-fé de todos.

Nesse sentido o atual executivo decidiu, em Dezembro de 2021, criar um separador dedicado á Transparência, para colocar no site da Junta de Freguesia informação que permitisse aos fregueses acompanharem a gestão económica e financeira da freguesia.

Aliás, a Iniciativa Liberal foi informada desta medida aquando da reunião que teve com o executivo, no âmbito do estatuto da oposição, no final de 2021.

Ora tal como havia informado, o atual executivo assim fez, estando já criada uma aba no site da junta de freguesia com a denominação “Transparência”, com informação que não era do domínio publico e que passará a estar ao dispor de todos.

Nesta informação inclui-se:

O “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, que viu já ser constituído grupo de trabalho para a sua elaboração, por despacho n.º 18/PRES/2022, de 18 de Abril;

Informação no âmbito da “Contratação Pública”, nomeadamente “Contratos Celebrados” pela Junta de freguesia registados na BaseGov e concursos públicos a decorrer;

Informação sobre a “Execução financeira” com a evolução da Receita vs Despesa e a execução do Orçamento, atualizada ao mês.

Informação das “Grandes Opções do Plano” com a execução do orçamento por áreas e o valor previsto das GOP também por áreas, para o ano corrente.

Está ainda a informação dos apoios concedidos pela junta de freguesia, atualizado ao mês.

As moções apresentadas na Assembleia de freguesia são documentos que se destinam a estabelecer princípios, conceitos ou orientações exprimindo assim a opinião coletiva da mesma Assembleia.

Nesse sentido e tendo em consideração a moção apresentada pela Iniciativa Liberal com o título “Moção da Transparência”, vêm os eleitos do PPD/PSD expressar a sua perplexidade uma vez que o teor, o timing e o conteúdo da mesma revelam uma tentativa de aproveitamento e apropriação política do trabalho desenvolvido pelos anteriores executivos e pelo atual.

Ora depois de já ter o atual executivo criado o objeto desta moção só podemos estranhar que venha agora a Iniciativa Liberal, apressadamente, propor o mesmo como se quisesse apropriar-se de uma medida que não é sua, revelando, para além do mais, um desconhecimento das obrigações legais em vigor.

Convém saber que o que a IL propõe no ponto 1 é uma obrigação legal, que faz parte da Informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que tem sido cumprida por todos os executivos e que mais uma vez foi atempadamente distribuída a todos os membros da Assembleia de Freguesia e ~~faz parte~~ <sup>FAZIA</sup> da Ordem de Trabalhos da ~~presente~~ <sup>última</sup> reunião.

Quando ao ponto 2, o que é proposto na alínea a) e alínea e), é de publicação obrigatória e está no site da freguesia. Esta obrigação foi sempre cumprida por todos os executivos desta junta de freguesia, sendo que os documentos estiveram sempre disponíveis depois de devidamente aprovados.

Relativamente à alínea f) que é o resumo do orçamento, convém esclarecer que todos os orçamentos aprovados contêm na sua introdução o devido resumo do mesmo, contendo igualmente um mapa denominado “resumo do orçamento”. Portanto, tal como acima referido e sendo um documento integrante do orçamento sempre foi publicado por todos os executivos.

Quanto à alínea c) e a alínea d) já se encontra publicado no site a 1ª informação trimestral e única, até à data, prestada por este executivo. Não sendo de publicação obrigatória, foi opção deste executivo publicar esta informação.

*Handwritten signature in blue ink at the top right corner.*

Quanto à alínea g) importa referir que no plano legal todos os procedimentos, por exigência do Código da Contratação Pública, refletem nas peças processuais e contratuais os dados que pretendem, sendo que estes procedimentos se encontram disponíveis para consulta de qualquer freguês. O que a Iniciativa Liberal parece pretender é que sejam os Recursos Humanos da junta de freguesia a fazer o seu trabalho de análise que se entende que no âmbito da gestão pública nada acrescenta ao princípio de transparência que todos em geral defendemos.

Posto isto fica claro que todos os pontos que a Iniciativa Liberal pretende ver publicados estavam já ao dispor de todos os fregueses antes mesmo da apresentação desta moção, não havendo, portanto, nada de novo a apresentar na moção da IL.

Mais ainda, quanto à proposta da criação do portal da Transparência, o mesmo já existe, pelo que esta moção é extemporânea e desprovida de eficácia por querer criar e implementar o que já é do domínio público.

Em nenhuma circunstância as moções servem para propor que se execute ou adote algo que já existe, que já está em vigor, ou que já foi executado. Por isso e com base no acima exposto, os eleitos do PPD/PSD vêm expressar o seu voto contra a moção da Iniciativa Liberal.

Lisboa, Avenidas Novas, 26 de Abril de 2022

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas

*Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'A. Franco'.*

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### **Sobre a recomendação apresentada pelo Partido Socialista**

### **“Taxas aplicadas aos comerciantes com lojas no mercado”**

Os efeitos da pandemia e os efeitos da guerra que vivemos atualmente têm, de facto, vindo a aumentar as pressões inflacionistas acelerando o aumento do preço dos combustíveis bem como das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários.

Estes fatores tal como refere a recomendação do Partido Socialista, limita o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. É precisamente por isso que temos um Governo, atualmente com uma reforçada maioria absoluta, tendo assim todas as condições para agir no sentido de não permitir a escalada da inflação e por consequência das suas ações e medidas, controlar a subida do preço das matérias-primas, em particular as energéticas.

Compete ao Governo e não às juntas de freguesia, encontrar soluções por via das políticas públicas e por via da política económica e financeira, mitigar os efeitos dos aumentos de preços sobre as famílias e as empresas.

Seja por via da redução dos impostos sobre os combustíveis, seja por via da redução da taxa do IVA, seja por via do IRC das empresas, ou seja, por via do apoio á economia com linhas de financiamento e de subsídios á atividade económica, compete ao Governo intervir neste plano.

Desta forma deverá ser o Governo a ajudar, não só os comerciantes com lojas no Mercado do Bairro Santos ao Rêgo, mas também todos os comerciantes e empresários das ruas da freguesia, das ruas da cidade de Lisboa, de todas as outras cidades de Portugal, ou seja, de todos os portugueses sem exceção.

Quanto a uma isenção de qualquer taxa paga pelos comerciantes do Mercado importa referir que o mesmo só faz sentido caso não exista a capacidade de gerar receita, tal como sucedeu na altura mais forte da Pandemia, quando os estabelecimentos tiveram

*h AS Avenidas Novas*

fechados, sem capacidade de ter qualquer ganho financeiro. Aí sim, fez sentido a isenção de taxas uma vez que com os estabelecimentos fechados era impossível cumprirem as suas obrigações.

No momento atual as lojas do Mercado estão em pleno funcionamento e com todas as condições, por parte da junta de freguesia, para que possam operar e ter a sua atividade normal não fazendo sentido que deixem de cumprir as suas obrigações e muito menos que tenham um tratamento diferenciado em relação aos demais comerciantes da nossa freguesia.

Não compete às Juntas de Freguesia intervir na regulação dos preços nem na concorrência entre comerciantes e atividades económicas da freguesia, pelo que assim se deverá manter.

Assim, os eleitos pelo PPD/PSD declaram que votam contra a recomendação do Partido Socialista que pretende desresponsabilizar o Governo das suas funções de garantir apoio á economia local, às famílias e aos empresários.

A recomendação é ainda discriminatória uma vez que parece ter apenas em consideração a realidade dos comerciantes do Mercado, deixando de parte todos os demais comerciantes da freguesia que seguramente se debatem com os mesmos problemas que os do mercado e com os mesmos problemas de todos os fregueses.

*3 N.º 10*  
Lisboa, Avenidas Novas, 26 de Abril de 2022

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas



## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Sobre a recomendação apresentada pelo Partido Socialista

#### “A Segurança nas Avenidas Novas”

O PSD esteve, desde sempre, na primeira linha na defesa da segurança na Freguesia de Avenidas Novas e das Freguesias que lhe deram origem, tendo estado, tanto no passado, como no presente, sempre ao lado da sua população e das preocupações que sobre esta matéria tem expressado.

Será importante lembrar as posições que foram frontalmente assumidas pelos eleitos do PSD, ao longo dos anos, sempre que a segurança da Freguesia foi posta em causa, desde o encerramento das esquadras do Arco Cego e Matadouro, que não estando instaladas na sua área geográfica, as suas áreas de intervenção abrangiam a nossa freguesia.

Mais tarde, em 2008 e 2009, contra o encerramento e não substituição das esquadras da Rua da Beneficência e da Av. João Crisóstomo, esquadra na qual, um ano antes, haviam sido investidos 150.000€, e cujos mais de 40 efetivos passariam mais tarde para a Alta de Lisboa, sem que antes tivesse sido encontrada uma alternativa válida.

De imediato, em fevereiro de 2009, o PSD solicitou a convocação de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária de Nossa Senhora de Fátima, tendo como ponto único da OT a “*Análise da situação de segurança na Freguesia e encerramento das duas esquadras existentes na Freguesia*”, que teve uma enorme aderência da população, em que mais de cem pessoas estiveram presentes.

Foi ainda pela mão dos autarcas do PSD de Nossa Senhora de Fátima, que o PSD apresentou em reunião da CML uma moção sobre esta temática (algo que o PCP também o fez no mesmo dia) e que levou a que em 11 de Fevereiro de 2009, a Câmara aprovasse por unanimidade uma única moção subscrita por todos os partidos (Moção 2/2009), onde era reconhecido que “*já foi encerrada a esquadra da Av. João Crisóstomo e é agora*

*encerrada a Esquadra nº 31 do Bairro Santos (Rego), sem qualquer plano integrado e ao mero sabor das contingências do estado de conservação das instalações”.*

Na mesma moção, no ponto deliberativo nº 2 a Moção da Câmara afirmava *“Discordar do encerramento da esquadra nº 31, afirmar-se solidária com a população local e comprometer-se a envidar todos os esforços junto do Ministério da Administração Interna no sentido de garantir a manutenção do policiamento de proximidade, na área em questão”.*

Estes esforços deram em parte frutos, com a apresentação, logo, em Março desse ano, de um edifício para as novas instalações da 31ª esquadra na Av. Santos Dumont, junto a Praça de Espanha, que foram inauguradas em 29 de Julho desse ano, instalações onde a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, presidida pelo PSD, investiu largos milhares de euros, na beneficiação das instalações, nomeadamente na parte reservada ao uso pessoal dos agentes.

Esta esquadra manteve-se em funcionamento até 24 de Dezembro de 2015, tendo sido encerrada pela calada da noite e sem aviso.

A este propósito é importante referir que a CML garantia, em 12 de novembro de 2014, pela voz do então Vereador Manuel Salgado que *“Em relação à questão da esquadra da Polícia aquilo que nós estamos a propor é que a esquadra que está deste lado passe para um edifício Municipal, e esclareço que é para o piso térreo comercial dum edifício municipal que está do outro lado da rua. E portanto será exactamente na Santos Dumont (...) Portanto a Polícia não sai da Praça de Espanha.”*

Também no mesmo dia, na discussão da proposta 661/2014 foi afirmado pelo Dr. António Furtado, a pedido do Sr. Vereador Manuel Salgado, que *“está equacionada já uma alternativa para a localização na própria Praça de Espanha da Polícia de Segurança Pública, naquele prédio Municipal que ali vêem na Rua Luís de Noronha nº 43 que reúne as condições adequadas para o efeito”.*

O PSD tomou a iniciativa logo em Abril / Maio de 2015 de apresentar uma Moção a pedir uma Assembleia de Freguesia Extraordinária para discutir a segurança na Freguesia e o Futuro da 31ª Esquadra

Essa Moção foi aprovada pela unanimidade dos 19 membros da Assembleia de Freguesia. Ou seja, teve os votos favoráveis de todas as forças políticas representadas nesse órgão – PSD, PS, PCP, CDS, BE e do eleito independente pelo IFANS. Era, à data, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia um eleito do PS. Lamentavelmente, dois

anos passaram e o referido Presidente da Assembleia de Freguesia não convocou a Assembleia que havia sido determinada.

Vendo a inação do Presidente da Assembleia de Freguesia e o não cumprimento das promessas camarárias, o então Presidente da Junta de Freguesia de Avenidas Novas, Daniel Gonçalves, tomou a iniciativa de promover uma petição à Assembleia da República, para a instalação de uma esquadra da PSP na Freguesia de Avenidas Novas, a qual após várias reuniões com a população, Câmara e Policia Municipal, foi entregue a 5 de Abril de 2017, com 7.910 assinaturas.

De notar que, nessas reuniões promovidas com a população, estiveram presentes e intervieram representantes de todos os partidos representados na Assembleia de Freguesia, com a excepção do PS.

Submetido a votação da Assembleia da República, em 21 de Setembro de 2018, o projecto de resolução n.º 1792/XIII/3.<sup>a</sup> que "*Recomenda ao Governo a reinstalação de uma esquadra da PSP na zona da freguesia das Avenidas Novas, dotada de efetivo adequado*" foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP, do PCP, de Os Verdes e do PAN, votos contra dos Deputados do PS Constança Urbano de Sousa e Paulo Trigo Pereira e a abstenção do PS.

Durante os 4 anos seguintes foi ensurdecador o silêncio da anterior Presidente de Junta, eleita pelo Partido Socialista, que tudo fez para que o assunto não tivesse sido falado.

É, pois, compreensível o mal estar agora manifestado pelo Partido Socialista, acerca das declarações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia no passado dia 17 de Março, que se recusa a esquecer e a deixar morrer a questão da reinstalação de uma esquadra da PSP na Freguesia.

Os contactos e relacionamento com a PSP, Policia Municipal e outras entidades, não podem ser ignorados e não o têm sido, sendo de continuar. Mas a verdade é que o sentimento de insegurança da população, mas principalmente as reclamações que regularmente são feitas pela população, são prova de que daí muito pouco de positivo resultou para a nossa freguesia.

Nunca o Sr. Presidente de Junta ou o PSD defenderam como única solução, para os diversos problemas de segurança ou insegurança que se sentem nas Avenidas Novas, a instalação de uma esquadra da PSP.

O tom dramático e o ênfase colocado na reabertura da esquadra na freguesia, que tanto incómodo parecem ter provocado no Partido Socialista, são, nem mais nem menos, o reflexo das mensagens que a população manifesta sempre que nos aborda. Este é um

*Ezequiel* *M*

assunto demasiado grave, para ser tratado com falinhas mansas. Estamos realmente perante um drama, para muitos dos que vivem na freguesia.

E qual a solução do PS para esta realidade e para melhorar “**o sentimento de segurança e comunidade**” Nem mais que uma Assembleia de Freguesia para discutir e analisar documentos exteriores à Freguesia.

Esta recomendação, visa única e exclusivamente passar uma esponja sobre o que o PS nada fez nos últimos 4 anos na freguesia, sobre esta matéria.

A reinstalação da esquadra nº 31, foi um compromisso eleitoral da coligação “Novos tempos” e do PSD, para com a população das Avenidas Novas, e sobre o qual só nos calaremos quando tivermos uma esquadra na freguesia.

Por tudo isto e porque não seremos complacentes com iniciativas e propostas, que tenham como finalidade esconder e fazer esquecer os justos anseios da população, reconhecidos pela Assembleia de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia da Republica, votamos contra esta recomendação do Partido Socialista, que curiosamente nem uma única vez refere o Governo presidido pelo próprio Partido Socialista, como que sacudindo a água do capote, e colocando toda a responsabilidade na Junta de Freguesia e Câmara Municipal, agora presididas pelo PSD, mas que enquanto presididas pelo PS, nos últimos 4 anos nada fizeram.

Lisboa, Avenidas Novas, <sup>3</sup>26 <sup>1250</sup> de Abril de 2022

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas

*Lisboa*